



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica Administrativa – CEP:
70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 29ª Reunião Ordinária

Data: 30/06/2009, das 14:30 às 18:00h.

Local: Auditório da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres – SPM/PR

Participantes:

- Aline Amaral – MDS
- Ângela Nascimento – CNDM
- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Célia Vieira – MDS
- Cristiane Pereira – MDS
- Eugênia de Moraes – MAPA
- Fábiana Oliveira – SPM
- Flávia Teixeira Guerreiro – SPM
- Helena Luna – MJ
- Joana Freitas – Funai
- Joyce Coutinho – Secom/PR
- Lara Albuquerque – IBGE
- Leonor da Costa – MTE
- Lidianne Gonçalves – MS
- Lourdes Bandeira – SPM
- Luana Pinheiro – SPM
- Lúcia Helena Rincon – CNDM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Márcia Leporace – SPM
- Margareth Pessoa – MCid
- Maria de Fátima Kobielski – TEM
- Marina Pereira – MDS
- Renata Nascimento – SEPIR
- Rosa de Lourdes Santos – CNDM
- Rosimere Teles – CNDM
- Taís Cerqueira Silva – SPM
- Tereza Cristina Cotta – MDS
- Vera Lúcia Machado – CNDM

1. Informes Gerais

A 29ª Reunião teve início com a leitura da pauta de reunião pela Coordenadora do Comitê que deu abertura aos informes, comunicando que as datas das reuniões do “Comitê Itinerante” seriam agendadas de acordo com o calendário dos encontros regionais do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, os quais seriam realizados em setembro e outubro. Em seguida, uma das representantes do CNDM destacou que fez um informe sobre as reuniões do Comitê Itinerante na reunião da Câmara Técnica do PNPM no âmbito do Conselho para que o assunto fosse debatido na reunião ordinária do Conselho para garantir a participação do maior número de conselheiras.

A Coordenadora do Comitê informou que o grupo de trabalho do Capítulo 9 do PNPM elaborou um documento para ser distribuído na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, mas que acabou não sendo concluído por falta de concordância em relação ao conteúdo do documento no âmbito do GT. Ressaltou que esta situação apenas evidenciou a necessidade de realizar um debate maior sobre a questão. Sugeriu que o Comitê elaborasse também um documento para todas as Conferências Nacionais, inclusive para a Conferência Nacional de Recursos Humanos. A representante do MS solicitou que houvesse uma articulação entre as representantes do CNDM para definir uma fala única para esta Conferência.

A representante da Secom/PR sugeriu também a criação de um banco de fontes, ou seja, especialistas na temática de gênero, e que ele fosse divulgado no site do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Por fim, a Coordenadora do Comitê sugeriu que as reuniões do Comitê fossem bimestrais a partir do segundo semestre, de forma a reduzir os custos para a SPM e otimizar as discussões das reuniões. A proposta foi acatada por todas/os representantes presentes na reunião.

2. Aprovação da Memória da 28ª Reunião Ordinária do Comitê

A Memória da 28ª Reunião Ordinária do Comitê será encaminhada por email aos/às integrantes do Comitê para leitura e alterações.

3. Discussão temática (Bolsa Família)

A Coordenadora do Comitê iniciou este ponto de pauta com a apresentação da convidada Mireya Suarez, que, em seguida, fez uma explanação sobre a avaliação do Programa Bolsa Família, abordando o enfrentamento das desigualdades de gênero na implementação do programa. A metodologia empregada combinou dados discursivos e quantitativos, com o intuito de obter informações sobre o modo como o Programa é percebido e avaliado por beneficiárias, gestoras/es e outros grupos locais, e de realizar comparações que poderiam mostrar o que é comum a todos eles. Os trabalhos de campo foram realizados entre 22 de março e 20 de junho de 2006, em 10 municípios.

Os principais pontos levantados na avaliação foram: i) o perfil das beneficiárias; ii) aspectos da gestão do programa; iii) problemas e dificuldades do programa, como as condicionalidades, a articulação institucional e a falta de informação; iv) impacto do programa sobre a condição social das beneficiárias.

Ao final, destacou que uma avaliação do Programa Bolsa Família é muito complexa e deve ser sempre relativizada. Ressaltou que o programa não tem uma preocupação com o sujeito mulher, embora elas representem 97% dos beneficiários, e acredita que o programa reproduz os papéis tradicionais impostos às mulheres, dado que o Estado delega a elas a responsabilidade pela reprodução da vida e da força de trabalho. Concluiu que o programa não teve nenhuma preocupação com a perspectiva de gênero, pois a transferência de renda não é vinculada ao empoderamento das mulheres a partir do desenvolvimento de ações complementares. Nesse sentido, recomendou que o programa criasse mecanismos para promover a interface com outras ações governamentais.

A Coordenadora do Comitê parabenizou a convidada Mireya Suárez pelo trabalho realizado e agradeceu a disponibilidade para fazer a apresentação na reunião do Comitê. Em seguida, uma das representantes do MDS destacou a importância da avaliação realizada para o

aprimoramento do programa, mas ressaltou que se avaliação fosse realizada hoje, os resultados seriam melhores em relação a alguns aspectos como a articulação intersetorial, a gestão do cadastro e o arranjo da gestão federativa do programa a partir do condicionamento de repasse de recursos ao índice de gestão municipal. Concordou que o problema das condicionalidades está na falta de oferta pelo Estado dos serviços de educação, saúde e assistência social e não no descumprimento dos/as beneficiários/as, embora o monitoramento das condicionalidades tem mostrado que o programa tenha o papel de ajudar a melhorar a oferta e não de punir as famílias.

A representante do MDS destacou ainda que o desenho inicial do programa era muito básico com foco na comunidade e bastante econômico nas condicionalidades para não onerar a sua implementação. Quanto à questão do isolamento social das mulheres constatada na avaliação, ressaltou que o programa não era responsável por esta situação e que alguns municípios estão evoluindo na articulação intersetorial, até mesmo criando redes informais, para ofertar outras políticas aos beneficiários. Concordou que a participação das beneficiárias nos conselhos intersetoriais é fundamental e que o programa pode procurar um diálogo com os municípios para tanto.

Em relação ao impacto do programa do ponto de vista de gênero, registrou que a titularidade do cartão em nome da mulher não garante a equidade de gênero, mas é muito importante para as mulheres em função da constatação de que o programa não tem efeitos secundários negativos sobre as mulheres e sobre as relações de gênero, mas pode aprimorar o seu olhar para beneficiar a mulher como sujeito, definindo diretrizes e promovendo um debate durante o seu processo de construção coletiva com estados e municípios. Destacou ainda a necessidade de se investir em pesquisa para conhecer o impacto da transferência de renda na dinâmica intra-familiar.

Após a apresentação, foram feitas as seguintes intervenções pelas/os integrantes do Comitê durante o debate:

- ✓ Uma das representantes do CNDM destacou que as indígenas tem dificuldade de acessar o programa, pois os processos de cadastramento do programa são feitos na cidade e o custo para as mulheres indígenas irem a cidade é muito maior. Registrou que seria muito importante que, no caso dos povos indígenas, o programa trabalhasse com o conceito de comunidade e não de família, sendo necessário, portanto, realizar um levantamento de beneficiários/as nas comunidades indígenas. Solicitou ainda um esclarecimento sobre o valor do benefício por criança.
- ✓ Uma das representantes dos organismos municipais informou que o município de Campinas está fazendo um pequeno levantamento da implementação do programa Bolsa Família em 2009. Ressaltou que, embora a responsabilidade pela execução do programa seja do município, faz-se necessária uma orientação do governo federal para melhorar o atendimento das mulheres e para que o tempo de espera seja aproveitado com pequenas palestras, pois o referido levantamento já sinalizou que as mulheres não sabem a finalidade do programa. Além disso, destacou que é fundamental alterar o conceito de família utilizado no SUAS e, principalmente, o papel da mulher na família que ainda é considerada apenas como mãe, cuidadora e reprodutora e não como sujeito. Sugeriu que o governo federal implantasse também condicionalidades aos gestores (qualidade do atendimento, existência de ações complementares), a partir da vinculação ao repasse de recursos para os municípios. Uma das representantes do CNDM concordou com a representante dos organismos e ressaltou que o governo federal poderia aproveitar a oportunidade para rever a gestão do programa e incorporar o olhar de gênero.
- ✓ A Coordenadora do Comitê destacou que o Bolsa Família é visto como um programa de empoderamento para as mulheres, o que pode ser um equívoco porque ele promove a autonomia das mulheres, mas não interfere nas relações de poder. Sugeriu que o MDS em parceria com a SPM aprimorasse o programa para aproveitar esta potencialidade, mas oferecendo outras políticas para as beneficiárias (formação, por exemplo), para contribuir para a alteração da condição de assujeitamento das mulheres.

- ✓ Uma das representantes do CNDM registrou que deve ser considerado o componente duplo da formação, que deve ter como público-alvo as beneficiárias e os gestores do programa.
- ✓ A representante da Seppir destacou que é importante também considerar o recorte da questão racial, a partir de um olhar a fundo do perfil e do contexto cultural dos beneficiários e dos elementos básicos das desigualdades de gênero e raça no processo de construção das formações.
- ✓ A representante do MS achou muito interessante a avaliação, especialmente a abordagem sobre a gestão do programa, a qual avaliou se o programa é apenas um cadastro. Concorde que o programa não pode ser apenas um cadastro, mas este tem que ser bem feito e bem atualizado para pautar as ações do programa. Destacou ainda que o programa representa uma política implementada nos municípios assim como o Programa Saúde da Família, mas se faz necessário também pensar uma rede de proteção social para além da educação e da saúde. Registrou sua preocupação com o impacto do programa sobre o poder de compra das mulheres, pois elas passam a ser vistas como mulheres que contribuem para o mercado com a sua renda e não como pessoas que passam a ter condições de comprar e de se inserir em novos espaços. Em relação a este último ponto, a Coordenadora do Comitê esclareceu que não se trata só disto, pois o programa proporciona às mulheres uma nova tradição como, por exemplo, como fazer um planejamento doméstico.

Após o debate, a representante do MDS, que integra a coordenação do programa, esclareceu alguns pontos levantados:

- ✓ O programa possui três tipos de benefício: i) benefício básico (R\$ 64,00 per capita mensal); ii) benefício variável criança (R\$ 20,00 por criança, até 3 crianças); iii) benefício variável jovem (R\$ 30,00 por jovem, até 2 jovens). Destacou que o Bolsa Família é um programa de suplementação e não de substituição de renda e que não é uma questão apenas de valor, mas sim de oferta de políticas públicas, de criação de uma rede de proteção social.
- ✓ A gestão do programa é compartilhada e o governo federal não repassa a sua responsabilidade para os municípios, mas concordou com a sugestão da representante dos organismos de que o governo federal estabeleça diretrizes para os municípios, e se comprometeu a levar as questões levantadas no debate para discussão com a equipe do programa. Em relação à condicionalidade para gestores, informou que o repasse de recursos do governo federal é condicionado ao Índice de Gestão Descentralizada (IGD) dos municípios e Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE), os quais congregam critérios como qualidade do cadastro e condicionalidades de educação e saúde, mas que precisam ser aprimorados até mesmo para incorporar a questão de gênero.
- ✓ Quanto à possibilidade de uso político do cadastro, a representante do MDS ressaltou que a seleção dos beneficiários é feita pelo governo federal e não pelos municípios, para garantir estratégias de focalização, mas é necessário fortalecer as instâncias de controle social. Destacou que o programa vem apresentando bons resultados apesar destas limitações e que há uma preocupação hoje com a inclusão de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.
- ✓ Registrou que está sendo estudada a possibilidade de inclusão do benefício no sistema bancário, o poderá ampliar a autonomia das mulheres. Para finalizar, destacou que uma rede de proteção social e não o programa tem que dar conta das questões levantadas, o que representa um grande desafio para a administração pública, tendo em vista que o governo nos três níveis trabalha de forma setorializada.

Em seguida, a convidada Miréya Suárez finalizou a sua participação, destacando que compreende a postura da representante do MDS, mas discordou que o programa não tenha efeitos secundários negativos sobre as mulheres e as relações de gênero, uma vez que fortalece as

desigualdades de gênero e reafirma o papel reprodutor das mulheres. No entanto, concordou que se faz necessário pensar uma rede proteção social para fortalecer a cidadania das mulheres. Em relação à necessidade de ampliar o controle social, registrou que é fundamental que o governo federal, especialmente a SPM, estimule a ampliação da participação das mulheres nos conselhos e não espere a iniciativa dos municípios, pois os conselhos tem poder de decisão e as mulheres estão preparadas para dizerem qual o problema as aflige. Ratificou o resultado da avaliação de que o programa possibilita a retraditionalização dos papéis femininos e não aumenta o poder das mulheres para igualá-las aos homens. Tem havido aumento de autoridade e ganho de subjetividade das mulheres, sem modificação dos papéis necessariamente.

Por último, algumas integrantes do Comitê destacaram que nenhum programa foi feito considerando os recortes de gênero e raça, o que não impede que o olhar de gênero e raça possa ser pautado nos ministérios, já que os programas estão em constante processo de aprimoramento. Uma das representantes da SPM ressaltou que a Secretaria não tinha o espaço que tem agora para abrir este diálogo com os demais órgãos e que alguns gestores, por não entenderem o que é fazer o recorte de gênero e raça, sinalizam que ainda não é possível fazê-lo em programas universais. A representante da Secom/PR registrou ainda que alguns gestores são resistentes também porque o trabalho não é simples em função da dinâmica de funcionamento da administração pública. Um das representantes do MTE, ao concordar com este ponto de vista, destacou que a realidade de governo nestas áreas é muito recente, embora o movimento feminista já vem lutando há muito tempo, e que já houve muitos avanços em tão pouco tempo. Este reconhecimento também foi feito pela Coordenadora do Comitê que encerrou este ponto de pauta agradecendo mais uma vez a presença e a disponibilidade da convidada Miréya Suarez e das representantes do MDS.

4. Apresentação das ações prioritárias de 2009 do CNDM

A Coordenadora do Comitê informou que este ponto de pauta será discutido na próxima reunião do Comitê em função do término do horário da reunião. Solicitou, no entanto, que os órgãos contemplassem as prioridades estabelecidas pelo CNDM no âmbito do II PNPM no momento de definição de suas ações prioritárias para 2009 no Sistema de Acompanhamento do Plano.

5. Próxima reunião

Conforme acordado, a próxima reunião ordinária será realizada no dia 27/08 às 14:30h, tendo em vista que as reuniões do segundo semestre serão bimestrais.